

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. *Examinamos as demonstrações financeiras de Instituto Politécnico de Castelo Branco, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 55.115.408,79 euros e um total de Fundos Próprios de 19.593.625,66 euros, incluindo um Resultado Líquido de 282.176,81 euros), Demonstração dos Resultados por Natureza, os Mapas de Controlo Orçamental de Despesas e Receitas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Mapa de Descontos e Retenções, Mapa de Entrega de Descontos e Retenções, Mapa de Desenvolvimento das Despesas com Pessoal do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.*

### RESPONSABILIDADES

2. *É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, as alterações no Fundos Próprios e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.*

3. *A nossa responsabilidade consiste em expressar de uma forma profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.*

### ÂMBITO

4. *Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:*

- *a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;*
- *a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;*
- *a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e*

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **RESERVA**

7. Não foi possível comprovar a titularidade como proprietário do imóvel, onde se encontra instalada a Escola Superior Agrária em virtude, de não se encontrar registado na Conservatória do Registo Predial competente.

#### **OPINIÃO**

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Instituto Politécnico de Castelo Branco** em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no Fundos Próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o sector de Educação.

#### **ÊNFASE**

9. No período, na conta de Resultados Transitados, foi efectuada a correcção de transferência correntes obtidas no exercício de 2014, que influenciou negativamente os Fundos Próprios, no montante de 631.757,29 euros.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Castelo Branco, 2016/4/13

Eugénio Branco & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Mário Eduardo Oliveira de Sousa

Revisor Oficial de Contas, n.º 893